**CONEXÕES EM COLAPSO: A INTENSIFICAÇÃO DAS TENSÕES PSÍQUICAS NA CULTURA DO TRABALHO REMOTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19[[1]](#footnote-1)**

Gina Viviane Mardones Loncomilla[[2]](#footnote-2)

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é discutir algumas abordagens teóricas sobre a instrumentalização das tensões psíquicas e a cultura do trabalho remoto, intensificada sobretudo com a pandemia da covid 19, visando, assim, elaborar uma crítica a esse processo, dentro do qual também se inserem as novas tecnologias de comunicação. Para isso utilizaremos as contribuições dos estudos culturais de Raymond Williams, bem como as discussões sobre capital afetivo de Eva Illouz e corrosão do caráter de Richard Sennet.

***Abstract:*** *The aim of this article is to discuss some theoretical approaches on the instrumentalization of psychic tensions and the culture of remote work, intensified above all with the covid 19 pandemic, in order to elaborate a critique of this process, within which the new communication technologies are also inserted. For this we will use the contributions of the cultural studies of Raymond Williams, as well as the discussions about the affective capital of Eva Illouz and the corrosion of the character of Richard Sennet.*

**Palavras-chaves:** tensões psíquicas, trabalho remoto, pandemia, tecnologias da comunicação.

***Key-words:*** *psychic tensions, remote work, pandemic, communication technologies.*

**Introdução**

Na era da superprodução é evidente o impacto causado pelas emoções negativas na dinâmica social em seus mais variados níveis: desde a atrofia das experiências interpessoais até a instabilidade do sistema econômico. Por esse motivo, o *World Economic Forum* resolveu considerar em seu último relatório (2019) a ansiedade, a depressão e a solidão como elementos de entrave ao desenvolvimento econômico. É a primeira vez depois de 40 anos de existência que o WEF inclui as tensões psíquicas como fatores de risco ao crescimento global em seus resultados.

Até 2018, apenas impactos financeiros e estruturais de mercado eram considerados como elementos de risco à economia mundial. No entanto, com o avanço das novas tecnologias, sobretudo na área da comunicação, também novas exigências foram agregadas às formas de produção e consumo, levando, desta forma, um grau acima a presença das tensões psicológicas no cotidiano da sociedade. Neste sentido, cabe lembrar uma expressão do pesquisador e psicanalista brasileiro Christian Dunker, segundo o qual “novas formas de viver sempre trazem consigo novas formas de sofrer” (DUNKER, 2017, p.249). Para Sherry Turkle, a humanidade busca sempre o progresso tecnológico como mecanismo facilitador da vida, no entanto, terminamos por criar uma cultura de comunicação instantânea que “não deixa espaço suficiente para considerar problemas complexos” (TURKLE, 2011, p.166).

Hoje, de acordo com o estudo da WEF, estima-se que cerca de 700 milhões de pessoas no mundo sejam afetadas por algum tipo de doença mental, um problema que tem onerado os cofres do próprio sistema. Em 2010, os problemas relacionados à saúde mental custaram ao planeta cerca de 2,5 trilhões de dólares, sendo dois terços do total referentes a despesas indiretas como aposentadoria precoce e queda na produtividade. Não por acaso, essa preocupação pauta ultimamente as discussões na sociedade do trabalho, até porque os problemas com tensões psíquicas se aprofundaram com a eclosão da pandemia da Covid-19, segundo um documento produzido pela Organização Mundial da Saúde, no início deste ano. Para a OMS o colapso mental dificultaria a atuação dos indivíduos em papeis chaves na sociedade, como por exemplo a recuperação econômica da comunidade. (ONU REPORT, 2020, p.5).

Antes mesmo da pandemia, um relatório divulgado no final do ano passado pela AT Kearney[[3]](#footnote-3)- empresa de consultoria global - elencou alguns fatores que afetariam o cenário econômico mundial dentro de cinco anos. Entre os riscos estaria a intensificação da solidão com o aumento do trabalho remoto. De acordo com o estudo, a porcentagem de trabalhadores remotos nos países consultados cresceu 115% entre 2008 e 2018. A falta de um sentimento de pertencimento e o isolamento catalisado pelo aumento do uso das tecnologias para comunicar-se com colegas estaria, neste sentido impactando o ambiente corporativo.

Diante disso, este artigo propõe o seguinte questionamento: De que maneira pode-se compreender a relação entre as tecnologias da comunicação, trabalho remoto e a acentuação das tensões psíquicas, sobretudo em tempos de Covid-19?

Acredita-se que os aparatos de comunicação fazem parte de um projeto histórico do capitalismo dentro do qual também estão implicadas a instrumentalização das emoções no mundo trabalho. Não se pode abstrair o progresso técnico dos meios de comunicação de uma discussão mais ampla, tendo em vista que eles se desenvolvem e amplificam sua capilaridade em momentos de grandes transformações sociais. Para Williams (2011), é preciso compreender os meios de comunicação como meios de produção dentro de um complexo de forças socioprodutivas gerais, formulando uma posição teórica a partir de um processo histórico dos meios de comunicação, das diversas fases de suas atividades e que incluiria o atual estágio de desenvolvimento de nossa sociedade.

Também a instrumentalização das emoções não é uma abordagem recente, como mostra, por exemplo, Eva Illouz. Ao resgatar os trabalhos de Elton Mayo, Illouz revela como seus esforços foram apropriados pelos industriais buscando alavancar os ganhos de produtividade no período entre guerras. A narrativa terapêutica, aliada sobretudo às linhas de comunicação afetiva, levou para o interior das fábricas psicólogos como Mayo, contratados com a finalidade de aumentar a produtividade a partir de uma atenção maior com as emoções dos trabalhadores. “[...] a expressão ‘bloqueio afetivo’ instalou o afeto e a imaginação psicanalítica bem no centro das relações de trabalho e da produtividade. A linguagem da afetividade e da eficiência produtiva foram se entrelaçando cada vez mais, uma moldando a outra” (ILLOUZ, 2011, p.25).

As transformações sociais desencadeadas na década 80 com a ascensão do neoliberalismo e o chamado processo de flexibilização do trabalho associam-se na década de 90 com a confluência dos meios técnicos de comunicação, transformando, desta forma, também as formas de produzir e interagir. Economicamente, a segunda metade do século XX é marcadamente a era da transição do taylorismo-fordismo para o toytismo (ANTUNES, 2018, p.92). Uma é a sociedade da disciplina, do tempo cronológico e da relação vigiada. A outra pertence à era da flexibilidade, da produção autônoma, do sucesso individual. Com a cultura dos computadores há um alinhamento entre aceleração da produção em massa e as técnicas de subjetivação que transformam as formas materiais em processos voláteis. Segundo Jonathan Crary (2016) a capitalização e a desregulamentação dessa dimensão cognitiva em escala planetária torna-se por vezes um processo degradante para qualquer sistema psicológico. Standing (2017) analisa isso como o “ reflexo do desenvolvimento tecnológico, da abundância da comercialização da vida, e da desintegração de uma existência em espaços fixados para funções específicas” (STANDING, 2017, p.193). A tecnologia muitas vezes induz à falsa ilusão de potencialização da produtividade por meio de tarefas a serem cumpridas sequencialmente.

Neste ponto Richard Sennett (2019) chama a atenção para a responsabilidade que o sujeito da sociedade flexível toma como qualidade imprescindível para alavancar o próprio sucesso. “A flexibilidade forçou-o afirmar a pura força de vontade como a essência de seu próprio caráter ético. Assumir fatos fora de nosso controle pode parecer uma conhecida amiga nossa, a culpa” (SENNET, 2019, p.31). Assumir a responsabilidade pela própria vida parece, portanto, uma característica fundamental para aqueles que necessitam otimizar a produção isolados em suas ilhas remotas. Assim, este trabalho se justifica na medida que a preocupação em torno das tensões psíquicas aumenta na mesma proporção que o colapso do sujeito flexível, bem como do próprio sistema, sobretudo ocupando a agenda de discussão em tempos de pandemia.

Para isso, busca-se compreender alguns conceitos tais quais “capital afetivo”, proposto Eva Illouz (2011) como teoria instrumental que projeta nas tensões psíquicas um problema latente para o crescimento financeiro global. Também as contribuições dos estudos culturais de Raymond Williams (2011) nortearão as análises sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação dentro um processo social geral, tomando a discussão dentro de um plano dialético, em que os próprios meios de comunicação passam por uma produção cultural mais ampla sem incorrer, portanto, em discussões deterministas dos aparatos tecnológicos. Os aportes teóricos de Ricardo Antunes (2018) a propósito das transformações da morfologia do trabalho, bem como as pontuações de Guy Standing (2017) a respeito da insegurança e vulnerabilidade vivenciada pela sociedade flexível ajudarão na compreensão da confluência das formas de produção com as novas tecnologias de comunicação, e, por último, Richard Sennett (2019) fala da “corrosão do caráter”, como uma consequência desse novo trabalho que dificulta o estabelecimento de laços interpessoais a partir de uma vida pautada por projetos a curto prazo.

Espera-se, afinal, que por meio de tais aportes teóricos, este artigo contribua para demonstrar que a relação entre trabalho remoto, os aparatos de comunicação e a intensificação da vida nervosa do sujeito é um processo anterior à COVID-19, mas que foi acentuado pela crise da pandemia.

**Meios de comunicação como meios de produção**

Para um estudo ampliado dos meios de comunicação é necessário compreende-los como meio de produção, não apenas no sentido de formas que são produzidas em determinadas condições sociais por sistemas hegemônicos, mas como essenciais para as relações sociais de produção.

Desde que as tecnologias começaram a sobressair dentro do processo social, seus efeitos passaram a ser amplamente discutidos sobretudo dentro estudos sociológicos e psicológicos entre as décadas de 50 e 60. A característica mais significativa de todo esse debate tem sido o isolamento dos meios de comunicação abstraindo-os de um processo histórico social. Foi Williams (2016), que a partir dos estudos sobre meios de comunicação, e principalmente sobre a televisão, na década de 70, quem trouxe a discussão para um debate mais ampliado onde os meios estão implicados em questões mais genéricas, muito além da “manipulação” ou “degradação cultural”. Ao trazer o debate sob esse ponto de vista, Williams realoca os estudos do desenvolvimento tecnológico como uma forma cultural.

Para compreender o desenvolvimento dos meios de comunicação é preciso compreender a sua ligação dentro de um processo histórico. Isto porque, segundo Williams (2011),

os meios de comunicação têm uma produção histórica específica, que é sempre mais ou menos diretamente relacionada às fases históricas gerais das capacidade produtiva e técnica. E também, porque os meios de comunicação historicamente em transformação, possuem relações históricas variáveis com o complexo geral das forças produtivas e com as relações sociais gerais, que são por ele produzidas e que as forças produtivas gerais tanto produzem quanto reproduzem. (WILLIAMS, 2011, p.69 e 70)

Dentro de uma perspectiva materialista histórica a teoria da comunicação por vezes é ofuscada por correntes que defendem o conceito de meios de comunicação como ferramentas, isto é uma “mídia”, um mero dispositivo para passar a informação entre sujeitos que cumprem o papel de emissor, de um lado, e de receptor, do outro. As pessoas são vistas de maneira abstrata, categorizadas apenas como elementos de um sistema fixo, estático, subsumidas a uma relação de causa e efeito.

Uma das principais críticas dos estudos culturais, neste sentido, volta-se ao formalismo na teoria de McLuhan quando do isolamento dos meios de comunicação a partir da formulação “o meio é a mensagem”. Segundo Williams (2016) trata-se “de um determinismo tecnológico aparentemente sofisticado, que tem o importante efeito de indicar um determinismo social e cultural: um determinismo que, podemos dizer, ratifica a sociedade e a cultura que temos hoje.” (WILLIAMS, 2016, p.136)

Por ser a-histórica, a fundamentação de McLuhan não vê os meios de comunicação como práticas de sujeitos imbuídos de intenções, mas apenas como uma relação causal entre um meio material de um lado e, os ajustes psíquicos do sujeito de outro lado. Ao dessocializar toda a operação, despreza-se a existência de um propósito gerador, de um conteúdo, reduzindo todo o processo à ocorrência de um evento físico sobre um sensório abstrato.

Assim, para Williams (2011), é preciso afinal compreender os meios de comunicação como meios de produção dentro de um complexo de forças socioprodutivas gerais, formulando uma posição teórica a partir de um processo histórico dos meios de comunicação, das diversas fases de suas atividades e que incluiria o atual estágio de desenvolvimento de nossa sociedade.

É preciso reconhecer, portanto, a existência de um sistema social central, controlador de operações, que exerce uma projeção intencional sobre a sociedade. Afinal, a tecnologia não opera por si mesma. A abstração do processo histórico, no sentido de operações reais, recai em um modelo puramente idealista. “Qualquer eliminação da história, no sentido de tempo e lugares reais é essencialmente a eliminação do mundo contemporâneo, no qual dentro de limites e pressões , os homens agem e reagem, lutam e concedem, cooperam, entram e conflito e competem” (WILLIAMS, 2016, p.138)

Aí reside a dinâmica real do materialismo histórico. Conferir o poder autodirigido à tecnologia é suprimir toda a história das demais práticas sociais (família, educação, religião, trabalho, etc), por sua vez, fundamentais para o desenvolvimento operacional das tecnologias. Trata-se de pensar a determinação não como um sistema fechado, definidor, uma força abstrata que recai em mero idealismo; e sim como um processo em que fatores determinantes reais, isto é, “a distribuição de poder ou capital, a herança social ou física, a relação entre grupos colocam limites e exercem pressões, mas não controlam nem preveem completamente o resultado de uma atividade complexa nesses limites.” (WILLIMAS, 2016, p.139)

Os estudos de Williams a respeito da televisão, na década de 70 merecem uma releitura para os dias atuais, muito embora o autor não tenha mencionado ou previsto a convergência das mídias e o surgimento dos aparatos tecnológicos móveis como conhecemos hoje, os aportes teóricos das ciências culturais permitem entrever que assim como a invenção da televisão foi um processo de intenções conjuntas (militares, administrativas, comerciais e científicas), operacionalizada dentro de formas reais, assim também é a internet e os aparatos tecnológicos de comunicação do século XXI.

**A dinâmica do capital afetivo**

Também partindo da lógica histórica, é preciso compreender o estudo das emoções, especificamente das tensões psíquicas, como manifestações que ocorrem essencialmente durante o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no complexo das relações de trabalho.

A socióloga Eva Illouz apresenta o conceito de campo afetivo em suas pesquisas partindo do pressuposto de uma institucionalização do eu que começa com a narrativa terapêutica introduzida nas empresas na primeira metade do século XX por psicólogos como Elton Mayo. Durantes os anos de 1930, nos EUA, Mayo foi responsável por criar um projeto de aprimoramento produtivo a partir de uma solicitação de administradores preocupados com a gradativa indisciplina de seu pessoal, bem como a baixa produtividade. Mayo, então, constatou a importância de os administradores estabelecerem uma transação emocional com os funcionários da fábrica, fazendo com que a produtividade aumentasse na medida em que a atenção e o cuidados eram dispensados à equipe. Desta forma, como afirma Illouz (2011), a linguagem terapêutica começa a se entrelaçar cada vez mais com a linguagem administrativa. A eficiência produtiva se alinha, portanto, a uma retórica do bem-estar que se faz cada vez mais presente, sobretudo, com o crescimento das empresas na era pós-industrial e a setorização cada vez mais intensa no quadro de funcionários.

Neste sentido, a linguagem afetiva deixa latente uma instrumentalização das emoções que começa a fazer parte do próprio capitalismo, tendo em vista a importância do ato comunicativo como ferramenta chave para interpretar condutas sentimentais da mão-de-obra produtiva. Isto é, o controle em si, reside na capacidade de prevenir conflitos utilizando ferramentas da empatia e escuta do outro, o que Illouz chama de “manejo afetivo” afim de estabelecer padrões de reconhecimento social (ILLOUZ, 2011, p.35)

O capital afetivo, portanto, visaria estabelecer uma cultura administrativa da inteligência emocional afim de aumentar os ganhos produtivos a partir de um reconhecimento, não necessariamente autêntico, das angústias alheias. Em outras palavras, torna cada vez “mais emocional o eu econômico fazendo os afetos se atrelarem mais estritamente ação instrumental. ” (ILLOUZ, 2011, P.38). A racionalização das experiências interpessoais elevaria a outro patamar as estratégias de ganho financeiro. Os experimentos de Mayo, neste sentido, representam o primeiro passo para uma ação vendável diante da uma espécie de escalada do sofrimento psíquico que se mostrou sobretudo na primeira metade do século XX em meio às incertezas cotidianas de duas grandes guerras.

O problema, aponta Illouz (2011), é que esse tipo de narrativa levaria nos anos subsequentes a uma ascensão da linguagem da autoajuda pautada na disseminação de uma psicologia popular. Na nova narrativa terapêutica o que se postula é a saúde como sinônimo de realização, ou seja, o “eu” seria constantemente estimulado pela busca da auto realização, de outra forma quem não exerce sua auto realização estaria doente. Esse *ethos* terapêutico encontra sua máxima na visão liberal, segundo a qual o desenvolvimento pessoal torna-se em última instância um direito. Estar doente, isto é, não realizar-se pessoalmente é abdicar do direito fundamental ao progresso pessoal.

No entanto, a partir da década 80, “esse esquema cultural profundamente internalizado que organiza a percepção do eu e do outro” (ILLOUZ, 2011, p.74) toma proporções gritantes prefigurado no paradoxo em que de um lado há valorização crescente do individualismo com a narrativa da auto realização, e do outro, a necessidade cada vez mais aguda de “expressar e praticar o próprio sofrimento, seja em grupos de apoio, seja na terapia ou nos relacionamentos íntimos” (ILLOUZ, 2011, p.38). As contradições desse sofrimento tornam-se mais evidentes a partir do surgimento das tecnologias de comunicação aliadas à internet, que trouxeram consigo a possibilidade de expressão via conexão online.

À medida que o processo de flexibilização do trabalho iniciado justamente na década de 80 alinhou-se com a cultura computacional dos anos 90, verifica-se cada vez mais um isolamento do processo produtivo, isto é, com a possibilidade de tarefas remotas, o desmembramento de atividades antes realizada em ambientes físicos de trabalho transforma-se numa tendência acentuada pelo neoliberalismo. Ocorre, porém, que essas transformações na morfologia do trabalho vieram acompanhadas também na multiplicação de formas de sofrimento do sujeito contemporâneo, e que se refletem, mais uma vez no desempenho de suas funções produtivas. Consequentemente, as ondas dessa crise psíquica que atinge o capital financeiro, fazem com que medidas em conjunto com o estado sejam providenciadas a fim de evitar o colapso econômico. Daí, os pressupostos de Illouz de uma institucionalização do eu se fazer cada vez mais presente nos dias de hoje.

A ideia de capital afetivo, retorna com força nos últimos anos, mirando sobretudo, as consequências desse isolamento remoto que hoje não se mostra mais tão efetivo. O fato, por exemplo da solidão e de outras tensões psíquicas terem ocupado lugar de destaque como fatores de risco ao crescimento da economia mundial, no último relatório Fórum Econômico Mundial, demonstra que a preocupação com uma narrativa terapêutica volta a ocupar a agenda de discussões dos agentes neoliberais. Assim, também, mostra um relatório da Organização Mundial da Saúde, divulgado em maio de 2020, por ocasião da pandemia da Covid-19. De acordo com documento, a pandemia evidenciou as fissuras das tensões psíquicas já venham de um processo de intensificação. Alguns números são reveladores neste sentido, segundo a ONU a economia global perde anualmente mais de um trilhão de dólares devido a problemas de saúde mental como depressão e ansiedade, um quadro que se agravou com a eclosão do coronavírus. Por isso, o mesmo estudo urge pela necessidade de projetos voltados para o cuidado da saúde mental dos indivíduos, de outra forma, a economia global caminhará para um colapso que se mostra cada vez mais iminente.

O cuidado com as emoções do indivíduo contemporâneo, atrelam-se portanto, a uma crescente instrumentalização das tensões psíquicas que como aponta Illouz tornam-se também mais institucionalizadas. Por isso mesmo, a ideia de capital afetivo introduzido pela socióloga pode ser definida da seguinte forma:

Com efeito, para que uma dada forma de conduta cultural se transforme em capital, ela deve ser conversível em benefícios econômicos e sociais; deve ser conversível em algo com que os agentes possam jogar num campo, algo que lhes confira o direito de acesso ou os desqualifique, ou que os ajudem a se apoderarem do que está em jogo nesse campo. (ILLOUZ, 2011, p.92)

**Tecnologia, insegurança e a corrosão do caráter na cultura flexível**

Embora Ricardo Antunes (2018) e Guy Standing (2017) percorram caminhos diferentes, sendo o primeiro da corrente marxista e o segundo do liberalismo, ambos dirigem-se para a mesma conclusão no que tange às angústias vivenciadas pelos trabalhadores devido à insegurança do universo trabalhista do século XXI. Para Antunes (2018), estamos vivenciando uma nova morfologia do trabalho em que informalidade, precariedade, materialidade e imaterialidade constituem um processo multiforme do capitalismo do século XXI.

O capital contemporâneo vem propondo um programa destrutivo em relação à rigidez do capitalismo fordista do século XX, inserindo desta forma o processo de flexibilização e terceirização. Um dos exemplos disso é a expansão do infoproletariado ou cibertariado, termos que Antunes (2018) tomou emprestado da Ursula Huws.

Como trabalho online fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de *escravidão digital,* que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes digitais. (ANTUNES, 2018, p.37)

Na passagem do século XX para o século XXI ocorre uma redução do movimento proletariado fordista em paralelo com o crescimento do trabalho intelectual. O modelo taylorista-fordista do século XX é marcado pelo modelo disciplinar, baseado num modelo de contrato e regulamentação dos direitos trabalhistas, a força de trabalho é coisificada, reificada no produto final. Por sua vez o modelo toytista que marca a passagem do século XX para o século XXI, é marcado por uma flexibilização do qual o modelo disciplinar é reestruturado não mais para funcionar sob o comando de terceiros, mas pelo próprio indivíduo. No toytismo, os indivíduos “são instigados a tonarem-se déspotas de si mesmo” (ANTUNES, 2018, p.92), a reificação é interiorizada, apropriando-se o capital da subjetividade do indivíduo que se manifesta como saber intelectual.

A empresa flexível capitaliza o envolvimento mais intenso do intelecto do trabalhador, transfere as responsabilidades para o trabalhador quando capitaliza sua subjetividade também com conceitos como espirito de equipe, capacidade, atutosuperação, “ir além” das metas, aprimorar habilidades, desta forma permanecem os trabalhadores polivalentes e multifuncionais em detrimento da demissão dos que não conseguem aderir a estas características. O trabalho do século XXI é pautado por práticas multifuncionais e polivalentes, capitalizando de maneira intensa o intelecto, o que gera uma pressão psicológica pelo constante aumento da produtividade individual e da empresa. A flexibilização de século XXI trouxe um impacto significativo nas relações de trabalho que se dá sobretudo na “diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaços da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural” (ANTUNES, 2018, p.141)

Todas as mudanças corroboram para o aumento no número de acidentes além de doenças físicas e mentais. “Os acidentes de trabalho e as manifestações de adoecimento com nexo laboral, não são fenômenos novos, mas processos tão antigos quanto à submissão do trabalho às diferentes formas de exploração” (ANTUNES, 2018, p.138).

Para Guy Standing (2017), o sujeito do trabalho flexível ainda é incapaz de controlar as forças tecnológicas que o cerca. A rápida evolução dos avanços tecnológicos associada ao crescente fluxo de informação, aliam-se à situação do curto prazismo do trabalhador flexível. Tudo isso evolui para uma incapacidade de pensar a longo prazo, as reflexões demoradas são anuladas. O mundo digitalizado não permite a contemplação, há uma perda de referência cronológica onde o tempo se fragmenta. Sofre-se, assim, gradualmente da perda de uma “mente alfabetizada”. “A quietude e o silêncio estão em perigo. A conectividade preenche cada espaço no tempo. [...]A inquietação é promovida enquanto traços de paciência e determinação são corroídos” (STANDING, 2017, P.194)

Por isso mesmo, segundo Standing, o sujeito da sociedade terciária sofre de raiva, anomia, ansiedade e alienação. As pessoas experimentam um sentimento de frustração, não apenas pela sazonalidade, mas também por uma cultura da celebridade e do sucesso material. Esse constante clima de competição e insegurança não promove nenhuma construção real de confiança no emprego.

Ao longo da história, a confiança evoluiu em comunidade de longo prazo que construíram redes institucionais de irmandade. Se uma pessoa experimenta confusão por não saber a posição de alguém na vida, sua confiança se torna duvidosa e frágil. Se os seres humanos têm uma predisposição para confiar e cooperar, como supões os psicólogos, então, um ambiente de infinita flexibilidade e insegurança deve pôr em risco qualquer sentido de cooperação e consenso moral (STANDING, 2017, p.44)

Por conta disso, o sujeito flexível não consegue estabelecer experiências profundas, pois possui um fraco senso de memória social que só pode surgir da sensação de pertencimento a uma comunidade. A comunidade produz significação existencial por meio da estabilidade emocional e social. As políticas de flexibilização do trabalho desgastam a interação relacional, gerando um sentimento de comunidade difusa.

A cultura da flexibilidade engendrada sobretudo pela ascensão do neoliberalismo trouxe, segundo Richard Sennett (2019) a corrosão do caráter do sujeito pós- industrial. Para construir seu argumento, Sennett estuda duas gerações norte americanas justamente na transição da sociedade disciplinar para a flexível. Uma é sociedade do emprego fixo, regulamentado, amparado por grupos sindicais; a outra, é a geração do auto empreendimento, da otimização de si, da rotatividade e da desregulamentação trabalhista.

Fundamentado também em algumas teorias de liberais clássicos com Adam Smith e John Stuart Mill, Sennett explica como o pensamento norte-americano é norteado pelo princípio de regulação do eu. Isto é, ser flexível é a capacidade de ceder e recupera-se às constantes mudanças da vida. “Para Mill, o comportamento flexível gera liberdade pessoal[...] Imaginamos o estar aberto à mudança, ser adaptável, como qualidades de caráter necessárias para a livre ação – o ser humano é livre porque é capaz de mudança" (SENNETT, 2019, p. 54). Segundo Sennett, esse comportamento se fundamenta, entre outras coisas, sobre a reinvenção descontínua das instituições.

Uma característica fundamental da era flexível é o ataque à rotina burocrática que faz com que as instituições estejam em constante adaptação, optando então por uma remodelagem contínua de seus setores. As hierarquias da era fordista dão lugar a uma rede elástica administrativa, o sistema é fragmentado, criando, segundo Sennett (2019) nódulos frouxos, que permitem o fazer e desfazer em nome de uma maior produtividade. A este aspecto corresponde a reinvenção descontinua das instituições. Na década de 1990, essa prática também conhecida como reengenharia levou ao enxugamento de vários setores e à compressão de outros em nome de um maior dinamismo. Em nome da liberdade, as mudanças institucionais não seguem um objetivo unidirecional, o que levou várias unidades à praticas conflitantes e consequentemente à falência. Esse fato vem alinhado com a falta de motivação dos funcionários remanescentes que vivendo sob constante insegurança, não correspondem eficientemente às tarefas correspondentes.

No início dos anos 1990, a Associação Americana de Administração e as empresas Wyatt fizeram estudos de empresas que se empenharam em sérias reduções. A entidade constatou que repetidas reduções produzem lucros mais baixos e declínio na produtividade do trabalhador. [...] Os motivos desse fracasso são em parte evidentes por si mesmo: o moral e a motivação dos trabalhadores caíram acentuadamente nos vários arrochos de redução. Os trabalhadores sobreviventes ficam mais à espera do próximo golpe do machado que exultantes com a vitória competitiva sobre os demitidos. (SENNETT, 2019, p. 57 e 58)

Uma forma, portanto, de compreender como esse regime flexível altera a construção subjetiva do sujeito, a que Sennett chama de caráter, está em como isso ruiu as bases de uma percepção de tempo e por isso mesmo de organização da vida pautada nos relacionamentos interpessoais.

Sennet aponta que a construção do caráter se organiza em características essenciais para estabelecimento de laços pessoais tais como a lealdade, a confiança e o compromisso mútuo. No entanto, o regime de curto prazismo, rotatividade e alternância das atividades termina por corroer o caráter do indivíduo no novo capitalismo, impedindo, consequentemente o estabelecimento de ralações mais profundas. “Esses laços fracos se concretizam no trabalho em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho” (SENNETT, 2019, p.25). De outra forma, um amadurecimento das experiências interpessoais só ocorre à longo prazo, em que florescem a confiança e a disponibilidade de estabelecer laços sociais.

A flexibilidade também incute no sujeito o caráter de responsabilizar-se por fatos que saem do controle. A auto acusação é uma conhecida marca da sociedade flexível que atribui ao sujeito um sentimento de culpa na medida em que não pode lidar com o inesperado, como por exemplo a perda do emprego, a transferência de área, a diminuição da equipe, o aumento de responsabilidades. Não adaptar-se é sinônimo de fraqueza, não ter a capacidade de se dobrar e se recuperar é não ter a liberdade para mudar e assim progredir profissionalmente. O regime de incertezas a que o sujeito está exposto impede, neste sentido, a construção de uma narrativa linear, sólida, pautada nos relacionamentos fixos, nos compromissos interpessoais. A nova narrativa hoje é pautada por um fluxo diluído, pontual, que se coloca contra toda rotina burocrática, estatizante e por isso mesmo atrasada. Como afirma Sennett (2019) a incerteza que permeia a subjetividade do indivíduo não está condicionada a um iminente desastre histórico, ao contrário, “está entremeada nas práticas cotidianas de um novo capitalismo. A instabilidade pretende ser o normal. ” (SENNET, 2019, p.33)

Boa parte das incertezas decorrem da ausência de um senso de comunidade, que segundo o autor só pode ocorrer em um espaço físico. Um local geográfico é um local para fortalecer os laços, partilhar crenças e valores. Uma comunidade só se constitui com o pronome “nós”, isso incute nos sujeitos um sentimento de pertencimento, ajuda mútua e segurança. Ocorre que “todos os jargões da nova ordem tratam a dependência como uma condição vergonhosa: o ataque à rígida hierarquia burocrática quer libertar estruturalmente as pessoas da dependência” (SENNET, 2019, p.166). Daí o “assumir riscos” tornar-se a expressão mais forte da independência e da autogestão. Libertar o sujeito da submissão para agir com flexibilidade é também desatar os nós e lança-lo no tempo pulverizado, atividades de curto prazo e relacionamentos rotativos. Nada se fixa para o sujeito da anomia, da raiva e da ansiedade.

**Conclusão**

Afim de entender a preocupação com o aumento das tensões psíquicas em tempos de pandemia, este trabalho buscou estabelecer uma correlação entre a intensificação deste fenômeno, o progresso técnico dos meios de comunicação e a cultura do trabalho remoto. Para isso, fundamentou-se em um primeiro momento nas teorias dos estudos culturais de Raymond Williams que, compreendendo os meios de comunicação como meios de produção das relações sociais, nos permitem extrair daí uma análise dialética, sem recair, portanto, em interpretações do determinismo tecnológico. Para isso, é importante compreender o desenvolvimento de tais tecnologias inseridas em um processo histórico, reconhecendo a subsunção destas em um sistema hegemônico ao mesmo tempo em que se configuram como práticas intencionais da própria sociedade em questão. Para Williams, “nenhum modo de produção e, portanto, nenhuma sociedade dominante ou ordem da sociedade, e destarte, nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama da prática humana, da energia humana e da intenção humana. ” (WILLIAMS, 2011, p.59). Por isso, é fundamental revisitar o dialogismo de Williams para não recair em interpretações dualistas, relegando a estes meios o papel determinante das transformações no mundo do trabalho.

Em um segundo momento também examinou-se a evolução da narrativa do afeto que desde a primeira metade do século XX acompanhou as relações de trabalho. Neste sentido, Eva Illouz convida a pensar sobre como esta dinâmica, essencialmente associada à lógica de otimização, está fundamentalmente entranhada no modo de produção capitalista. O que a socióloga chamou de capital afetivo prolonga-se no século XXI a partir do surgimento de uma cultura do trabalho flexível, que associa à narrativa terapêutica uma espécie de linguagem de auto ajuda como forma de promover o aprimoramento de si. Desta forma, “a competência afetiva é traduzível num benefício social, como o avanço na profissão ou o capital social” (ILLOUZ, 2011, p.92)

Por fim, as discussões sobre a corrosão do caráter de Richard Sennet, associadas às transformações na morfologia do trabalho, discutidas por Ricardo Antunes e Guy Standing, são de fundamental importância para compreender como construímos uma cultura permeada pela insegurança e pelas ansiedades. A corrosão do caráter, segundo Sennett decorre sobretudo de uma cultura da flexibilidade para quem o tempo não serve mais como matriz de referência. O que se constrói, segundo o autor, é uma organização pautada no que ele chama de “flexitempo” que, “embora pareça prometer maior liberdade ao trabalhador, está, ao contrário, entretecido em uma nova trama de controle” (STANDING, 2019, p.66). Uma cultura da insegurança, pautada no curto prazismo de projetos, não poderia, por isso, construir pontes para relacionamentos de confiança mútua, visto que para Sennett, a força dos laços depende justamente de associações de longo de prazo.

Logo, quando se coloca no centro das discussões a preocupação com a crescente presença de doenças mentais em tempo de pandemia, não se pode deixar de associar esse movimento à uma dinâmica histórica, dentro da qual inserem-se a presença maciça das tecnologias da comunicação e o aumento do trabalho remoto.

**Referências bibliográficas:**

ANTUNES, Ricardo, **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2018

CRARY, Jonathan. **24/7:** capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade**:políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos de capitalismo**.Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SENNET, Richard. **A Corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

STANDING, Guy. **O Precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

TURKLE, Sherry. **Alone Together:** why we expect more from technology and less from each other.New York, NY: Basic Books, 2011.

UNITED Nations. **Policy Brief:** COVID-19andthe needfor action on mental health.2020. Disponível em: < <https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf>>. Acesso em: 10 jun.2020

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo,** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão:** tecnologia e forma cultural, Belo Horizonte, MG: PUCMinas, 2016.

WORLD Economic Forum. **The Global Risks Report**.14ª Edition. Geneva, 2019. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2019.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

1. Trabalho apresentado no GT1, do Encontro Virtual ABCiber 2020. [↑](#footnote-ref-1)
2. Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Paraná/Brasil e docente do curso de Publicidade e propaganda da Unopar/Arapongas . Email: gina.mardones@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Pesquisa disponível em: <https://www.de.kearney.com/web/global-business-policy-council/business-policy/article?/a/resilience-replacement-and-renew-1>. [↑](#footnote-ref-3)